



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA 25 DE MAIO DE 1999.**

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e nove, às 19 horas e 30 minutos, na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Vereadores, localizada na avenida Adolfo Schneider nº 55, 3º andar em Nova Prata, reuniram-se em sessão ordinária, os Vereadores: **Umberto Luiz Carnevalli, Valdomiro Cortellini, Edson Figueredo Lima, Nagib Stella Elias, João Francisco Minozzo, Eraldo Domingos da Silva, Enio Bristot, Sergio Volmir Miotto, Gilmar Peruzzo, Gilmar Antonio Busato e Gilberto Romanzini.** Sob a Presidência do Vereador Umberto Luiz Carnevalli foi aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se aos trabalhos da ordem do dia, assim deliberados: 1 - Tem pedido de vistas o projeto de lei nº 221/99 que dispõe sobre incentivos fiscais e de outra natureza a empresas na área de turismo que se instalem fora da área industrial em Nova Prata; Dá outras providências. 2 - Aprovado por unanimidade de votos, o projeto de lei nº 058/99 que autoriza o executivo conceder auxílio financeiro a pessoa carente para pagamento e/ou reembolso de despesas médico hospitalares e medicamentos; Dá outras providências. 3 - Devolvido ao Executivo o projeto de lei nº 073/99 que autoriza o Executivo conceder auxílio financeiro a pessoa carente para pagamento médico/hospitalares; Dá outras providências. 4 - Aprovado por todos os Vereadores, o projeto de lei nº 080/99 que autoriza o executivo conceder auxílio financeiro a pessoa carente para aquisição de óculos; Dá outras providências. 5 - Aprovado por unanimidade de votos, o projeto de lei nº 085/99 que autoriza abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente, por redução orçamentária; Dá outras providências. 6 - Vistas para o projeto de lei nº 093/99 que inclui metas no plano plurianual, na LDO/99 abre crédito especial no orçamento 99; Dá outras providências. 7 - Vistas para o projeto de lei nº 099/99 que autoriza a cedência de três servidores públicos municipais a ACEASNOP; Dá outras providências. 8 - Vistas para o projeto de lei nº 100/99 que autoriza a cedência de cinco servidores públicos municipais a ABEN. 9 - Baixado para estudo o projeto de lei nº 104/99 que autoriza o executivo firmar convênio com o Movimento Tradicionalista Gaúcho; Autoriza repasse de subvenção ao Movimento Tradicionalista Gaúcho; Dá outras providências. Expediente do Poder Legislativo: Aprovada por unanimidade de votos, a proposição apresentada pelo Vereador Eraldo Domingos da Silva que o Executivo construa um prédio novo para a escola Caetano Polesello no Distrito de Rio Branco. Aprovada por todos os Vereadores, a proposição do Vereador Gilmar Antonio Busato que o Executivo providencie a construção de pelo menos duas salas e dois banheiros na escola municipal de ensino fundamental Angela Pelegrini Paludo no bairro Basalto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 02.

(sessão ordinária em 25.05.99)

Aprovada por unanimidade de votos, a proposição apresentada pelo Vereador Gilberto Romanzini que propôs ao Legislativo que convide a Prefeitura Municipal, Secretaria da Agricultura e demais Secretarias municipais, Coordenadoria Regional da Secretaria da Agricultura do Estado, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, EMATER, COOPIBI, Núcleo Universitário Pratense e outras entidades representativas para que em conjunto e sob a coordenação do Legislativo promovam um seminário regional tendo como tema os transgênicos. O Vereador Enio Bristot solicitou à Câmara que seja feita uma homenagem ao Dr. Edilson Chagas Pain Delegado de Polícia pelos relevantes serviços prestados a comunidade pratense no combate as drogas, violência e assaltos. O mesmo Vereador solicitou ao executivo a instalação de um telefone público na rua Humberto Simonatto esquina com a rua Padre Antonio Serraglio no bairro Basalto. Proposições aprovadas, apresentadas pelo Vereador Gilmar Antonio Busato: Que o Executivo providencie com a máxima urgência a entrega de equipamentos de segurança aos funcionários públicos municipais. Que seja posto a disposição destes servidores também materiais de primeiros socorros básicos para atendimento para estes atendimentos. Que o Executivo providencie com a máxima urgência a organização e o funcionamento da CIPA Comissão Interna de Prevenção de Acidentes dentro do serviço público municipal com os objetivos institucionais decorrentes da mesma a fim de diminuir ou eliminar o risco de acidentes de trabalho que tão frequentemente trazem prejuízos de todas as ordens para o servidor e para o serviço público. Que o Executivo providencie com urgência a conclusão da praça localizada na entrada do bairro Basalto. Vistas para a proposição do Vereador Nagib Stella Elias que sejam destinados ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Nova Prata, afim de serem aplicados na construção que amplia sua sede, os valores que deixaram de ser recolhidos em virtude daquela desistência e que perfazem aproximadamente R\$ 2.250,00. Baixada para estudo a proposição apresentada pelo Vereador Sergio Volmir Miotto que seja diminuído o canteiro central da rua Conego Peres entre a rua Fernando Luzzatto e rua Luiz Marafon.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS

VEREADOR GIMAR PERUZZO - LÍDER DA BANCADA DO PMDB: Eu apenas quero inicialmente antes de tudo, que quando falei e defendi o Poder Legislativo coloco como exemplo o que aconteceu no município de Guabijú quando o Chefe do Poder Executivo simplesmente não remeteu o orçamento para a Câmara de Vereadores.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 03. (sessão ordinária em 25.05.99)

E o orçamento não foi aprovado e o Prefeito doi gastando. Quer dizer, sem autorização legislativa com certeza o Prefeito de Guabijú está em maus lençóis vai se complicar e isso mostra como o Poder Legislativo é importante e deve ser respeitado. Eu quero dizer aqui que com certeza Sr. Presidente, colegas Vereadores, nós precisaríamos aqui quem sabe de uma hora duas horas Vereador Edson, para poder relatar aquilo que aconteceu no Congresso que nós participamos até porque nós tivemos uma participação efetiva no Congresso, não apenas como ouvintes, mas como participantes diretos do que aconteceu lá o que aliás tem sido uma característica da Câmara Municipal de Nova Prata aonde nós vamos e aonde é uma característica das bancadas parlamentares gaúchas no próprio congresso federal ou seja participação ativa não só como ouvinte. Eu vou ter que resumir, resumo mesmo para poder nesse breve espaço de tempo colocar algumas questões. Eu vou colocar aqui por exemplo bem rapidamente alguma coisa que foi colocada sobre reeleição sobre ampliação de mandato para os atuais exercícios, alguma coisa sobre a reforma partidária e também e principalmente sobre a reforma previdenciária e em especial sobre os institutos próprios de previdência como é o nosso caso particular aqui que nós temos o IPRAM e que interessa diretamente aos servidores públicos municipais. Então por partes eu apenas quero colocar que no que tange a reeleição existe um movimento concreto em Brasília por parte dos parlamentares que já estão recolhendo assinaturas para que a reeleição ela seja extinta ela seja eliminada. Então provavelmente a reeleição para o próximo pleito deverá não mais ser permitida por lei. Há toda uma discussão constitucional no que tange a legalidade desse poder fazer isso. Então há um movimento forte de derrubada da reeleição. Que não se pense que isso não está tramitando porque isso está a exemplo do movimento que existe já com mais de duzentas assinaturas no Congresso para que as atuais administrações sejam ampliadas por mais dois anos. Já existe um movimento com mais de duzentas assinaturas no congresso. E isso tudo deve ser resolvido até agosto ou final de julho porque é o prazo que a lei eleitoral prevê para os encaminhamentos das próximas eleições municipais, estaduais e federais até no que diz respeito a descompatibilizações afiliações partidárias e tc... e tal. Então a questão da reeleição e a questão do mandato tampão vamos dizer assim elas estão transitando dentro do congresso nacional. É uma questão que foi colocada lá com muita força assim como a reforma partidária política partidária que há um movimento intenso para a extinção dos partidos que não tiverem um determinado número de representantes no congresso.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 04. (sessão ordinária em 25.05.99)

Até ouvimos hoje que o Leonel Brizola e o Miguel Arais, estão tratando de fazer uma fusão entre o PDT e o PSD exatamente visando a reforma partidária. Então essas três questões elas vão se acentuar nos próximos dias, nos próximos meses visando as próximas eleições. Então há um movimento forte em relação a isso também provavelmente não será mais permitido a coligação para as eleições proporcionais. Muito provavelmente praticamente certo, eleição proporcional por exemplo coligar para Vereador não será mais permitido como aconteceu nas eleições passadas. Bem. Então vejam que são situações de extrema relevância que serão acentuadas em breve. No que diz respeito a reforma previdenciária: A conclusão que se tem pessoal a conclusão que nós extraímos de lá é que agora para se aposentar como eu conversava com o colega Gustavo, tem que apresentar a carteira de trabalho, alvará e atestado de óbito porque o que o governo federal rigorosamente busca é que quanto mais difícil seja a concessão do benefício da aposentadoria, melhor porque o que o governo pretende é muitos contribuindo e raríssimos se aposentando e agora foi colocado aqui Sr. Presidente, até vou usar o quadro para explicar melhor aqui para que nós possamos entender o quanto o governo quer colocar a mão no bolso do contribuinte. Então houve na data de 15 de dezembro de 1998 uma emenda constitucional que é a emenda número 20. Essa emenda trouxe o seguinte: Agora a aposentadoria ela não é mais tida como aposentadoria por tempo de serviço. Ela será por tempo de contribuição. Quer dizer; que aquele que não contribuir efetivamente com aquilo que foi estabelecido ele não alcançará a aposentadoria. Então vejam bem: Ficaram 3 situações, uma para aquele segurado para aquele contribuinte que conseguiu ter tempo até 15.12.98. Quem tinha tempo para se aposentar ou idade se aposentou pela lei antiga até 15.12.98. Quem vai começar agora contribuir que outra situação, vai ter que se enquadrar na lei da emenda constitucional número 20. Então quem tinha tempo suficiente ou idade se aposentou até o dia 15.12.98. Quem vai entrar agora como contribuinte vai entrar pela lei nova. E o que diz a lei nova: A aposentadoria por tempo de contribuição 35 anos o homem e 30 anos a mulher essa é a aposentadoria por tempo de contribuição entendido? por um problema lá de ponto e vírgula que tanto se discutiu não ficou constando a idade porque um dos deputados que votava com o governo diz que se atrapalhou e aí votou contra o projeto do governo e não se está exigindo a idade. A aposentadoria por tempo de contribuição pela emenda constitucional nº 20 para aqueles que começarem a contribuir e 35 anos para o homem e 30 para a mulher e por idade que é um outro tipo de aposentadoria o homem deverá ter 65 anos e a mulher 60 anos desde que tenham 180 contribuições, 15 anos de contribuição. Isso para quem começar contribuir agora. Mas tinha um problema assim:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 05. (sessão ordinária em 25.05.99)

e aqueles que já vinham trabalhando e que não conseguiram se aposentar porque não tinham tempo ou porque não tinham idade até 15.12.98, mas que já tinham um tempo de contribuição como é que fica? Esses a situação é pior ainda porque eles foram incluídos numa regra de transição, se chama regra de transição e vai ser praticamente o mesmo para os servidores públicos, nós vamos ver depois aqui. Quem não tinha tempo até o dia 15.12.98, mas que tinha um prazo por exemplo 20 anos, 25 anos, 15 anos, entrou numa regra de transição e como é que funciona a regra de transição: Funciona assim: O homem que tem 35 anos de contribuição e 30 anos a mulher, só que vejam bem a importância disso aqui. Esses que estavam trabalhando e não conseguiram se aposentar, não basta ter tempo de contribuição ele tem que ter também a idade e qual é a idade? Aqueles que estavam trabalhando tem que ter 35 anos vejam bem como mudou isso aqui, 35 anos de trabalho, só que não basta ter a idade, tem que ter também no mínimo o homem 53 anos de idade e a mulher no mínimo 48 anos de idade, mas eu vou fazer um exemplo aqui: Se uma pessoa tinha trabalhado 25 anos de contribuição ela não conseguiu se aposentar pela lei velha porque ela não tinha os 30 ou 35 anos o que vai acontecer com essa pessoa para ver como é que funciona: Teria que trabalhar mais 10 anos se fosse pela lei antiga. Agora não é mais assim tem que fazer o seguinte: O governo inventou um pedágio. Se chama de pedágio o que que é? É um tempo a mais que tem que ser trabalhado então vejam bem: 35 anos é o que precisa trabalhar como ele tinha trabalhado 25 faltam 10 anos para se aposentar. Sobre esses 10 anos ou seja sobre o tempo que faltava para ele se aposentar é aplicado um pedágio de 20%. Então 20% sobre esses 10 anos são mais 2 anos. Então quer dizer ao invés dele trabalhar mais 10 anos para se aposentar como era a lei, ele terá que trabalhar 10 mais o pedágio 2 12 anos. Ai vejam bem, se essa pessoa tinha 40 anos de idade com 25 anos de serviço, ela tem que ter não basta ela trabalhar esses 12 anos aqui ela tem que trabalhar até alcançar os 53 anos. Então se ela tinha 40 e trabalhará mais 12 porque a lei diz assim 40 mais 12 são 52. Então vejam bem: ela pode se aposentar com esses 12 anos, ainda não. Ainda não porque ela não tem os 53 anos de idade. Ela vai ter que trabalhar mais um ano, porque daí ela vai alcançar os dois requisitos. O do tempo de contribuição e da idade porque a lei que não é só um ou outro, são dois. Então se uma pessoa tinha em 15 de dezembro de 1998, 40 anos, 25 de serviço, ela não vai trabalhar mais 10 para chegar nos 35 ela vai trabalhar mais 12 por causa do pedágio e mais um porque ela ainda não alcançou a idade. Então mais 13. A média da aposentadoria vai ser feita pelos últimos 3 anos. Se ela não contribuir a média dela vai lá embaixo entendeu? Então vejam bem:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 06. (sessão ordinária em 25.05.98)

Nesse caso ele vai receber o valor integral, mas tem uma outra regra de transição que dá o direito do trabalhador receber proporcional ai ele pode se aposentar com 30 anos de serviço e com 53 anos de idade o homem e 48 anos de idade a mulher, mas para receber proporcional também tem um pedágio que daí não é de 20% daí é de 40%. Então o que que significa que mudou isso aqui é a reforma previdenciária. Aqueles que conseguiram se aposentar até 15 de dezembro de 1998 se aposentaram. Os que vão começar hoje tem que ter 35 anos o homem e 30 a mulher e os que estavam trabalhando mas não conseguiram se aposentar vão ter que trabalhar bem mais do que aquilo que eles iriam trabalhar se não tivesse acontecido a reforma previdenciária, mas tem outro detalhe aqui o que que o governo quer? naquela primeira regra só para mostrar para o pessoal hoje quem está entrando no regime de contribuição tem que trabalhar 35 anos o homem e 30 a mulher. Mas o que foi afirmado para nós lá e isso enquanto Fernando Henrique vai ser Presidente, ele vai perseguir e ele está até negociando a questão da reeleição com essa aprovação porque o que é que o Presidente quer é o seguinte: Hoje está assim para quem começa, mas ele quer que além disso a pessoa tenha que ter 65 anos o homem e 60 anos a mulher. Isso aqui é o que o governo está buscando. Eles só não conseguiram por um voto, um deputado disse que se atrapalhou. Eu acho que é o Kandir o famoso. Então hoje não precisa ter a idade, mas foram afirmativos em nos dizer que só a idade não vai chegar. Então o que que significa se for aprovado agora em breve a questão da idade, ninguém mais vai se aposentar, não tem como. Então o governo está buscando isso ai. Com relação aos servidores públicos também tem alterações. Exija-se 60 anos de idade e 35 anos de contribuição. Os servidores públicos se for homem 60 anos de idade e 35 anos de contribuição e 55 anos de idade e 35 de idade se for mulher. Só que tem que ter 10 anos de efetivo exercício no serviço público. Tem que estar 10 anos trabalhando no serviço público, mas desses 10 anos 5 no cargo efetivo. Cargo efetivo é diferente de um cargo em comissão. Até nos foi colocado lá o que é cargo efetivo, cargo eletivo, cargo em comissão, uma série de coisas que o Gilmar sabe muito bem mas tem que ter 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo. Então além de ter a idade e a contribuição que foi trazida agora. Também existe uma regra de transição aqui para aqueles que não conseguiram se aposentar como servidores públicos, mas que tem tempo trabalhado para receber integral, tem aqui os requisitos e para receber proporcional também.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 07. (sessão ordinária em 25.05.99)

Eu não vou detalhar todos eles, mas nós vamos deixar todo o material que são algumas apostilas que nós temos, vamos deixar todo o material a disposição na Secretaria da Câmara de Vereadores. Apenas com os institutos de previdência próprios: Por exemplo o IPRAM que nós tanto eu como o Vereador Edson, como o Vereador Enio insistimos bastante na questão do IPRAM o que que o governo federal quer? Quer atirar os servidores públicos nas garras dos leões que vem. Nós dissemos ou seja, quer colocar o servidor público lá nas filas do SUS, quer colocar o servidor público sem atendimento e quer colocar naquelas enfermarias sem assistência alguma. Vejam bem: Tem uma data. Foi nos colocado que todo o instituto próprio como é o caso do IPRAM tem até o dia 30 de junho de 1999 para regularizar essa situação. Se não for regularizado vai ter uma série de punições inclusive para o município no repasse de verbas. Só que também foi nos colocado que esse prazo poderá ser ampliado por mais 90 dias para regularizar essa situação. Agora o instituto particular que não tiver no mínimo mil segurados não pode continuar existindo. O instituto próprio que não tiver a receita corrente menos o fundo de participação do município maior do que o fundo de participação do município também não pode existir porque são requisitos. Por exemplo: Lá no estado de Santa Catarina apenas dois municípios vão manter os seus institutos porque tem mil segurados ou porque a receita corrente menos o fundo de participação do município é inferior ao fundo de participação dos municípios e a lei proíbe que se mantenha o instituto próprio. Bom. Nós trouxemos de lá uma bandeira que nós achamos que ela deve ser encampada Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do IPRAM Vereador Gilmar Busato que está aí. Nós não podemos em hipótese alguma deixar com que o IPRAM seja extinto principalmente na parte de assistência, essa é a nossa posição. Com relação a previdência me parece que não tem saída. Nós não temos como escapar do INSS. Agora com relação a assistência isso é possível isso é permitido. Só que claro nós vamos ter que descontar para o INSS e vamos ter que descontar para o IPRAM. Aí nós vamos onerar de novo o bolso do servidor público municipal o que nós precisamos é encontrar uma forma do IPRAM ou da Prefeitura ter um convênio com um instituto particular de assistência como é a UNIMED de uma forma que a gente contribua o mínimo possível de uma forma que seja a mais barata possível porque se eu for fazer individual cada um for fazer individual com as famílias, que tem e vai depender de idade aí realmente nós vamos depender só do SUS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 08. (sessão ordinária em 25.05.99)

Eu acho que nós temos junto com o IPRAM e junto com o Poder executivo estudar uma forma de garantir pelo menos a assistência aos servidores públicos municipais porque a aposentadoria a previdência essa eu não vejo por onde nós sairmos. Então para concluir o que eu quero é que se faça um trabalho junto ao IPRAM junto ao poder público municipal e junto aos servidores para que a gente possa continuar tendo assistência porque nós sabemos muito bem que ter UNIMED é uma coisa e ter SUS é outra. Nós vamos levar essa preocupação para o IPRAM que já está tratando disso. Sabemos e vamos levar também para o poder Executivo. Se nós deixar os servidores atirados ao SUS aí nós vamos ter que lamentar isso e bastante. Eu teria aqui mais uma série de situações que se alteraram como os índices de contribuição como o limite de contribuição que cada um vai poder contribuir e receber, mas é uma exposição para mais de uma hora. Só quero deixar dito o seguinte: O congresso ele extremamente proveitoso no que diz respeito ao conteúdo. Aí alguém pode dizer vocês foram lá numa cidade que tinha praia e que de noite tinha festa. Sim, mas é que os palestrantes de noite não deram palestra. Então nós não íamos lá na palestra se não tinha palestrante. De noite quando nós tínhamos terminado o nosso compromisso até possível que nós fôssemos apesar de que estava um inverno. Agora, na hora do compromisso nós estávamos aonde nós tínhamos sido designados. Passamos constrangimento perante a estrutura que as outras Câmaras e os outros Vereadores demonstraram no sentido de funcionamento de Câmaras que eles tem e também queremos trazer aqui Sr. Presidente, para concluir que constatamos alguns abusos, mas aquelas reivindicações que nós fazemos aqui estão muito longe de ser consideradas abusos por exemplo: A Câmara Municipal de Triunfo que estavam lá representados em muitos Vereadores para ter uma idéia, Triunfo é uma cidade que não é maior que Nova Prata. Eles tem a Câmara Municipal de Vereadores, aqui eu estou relatando um caso de abuso que nós mesmo constatamos. Eles tem na Câmara Municipal de Vereadores, 60 funcionários. Nós temos um coitada da Lurdinha que Deus a abençoe e continue fazendo o que ela faz, mas eles tem 60 funcionários numa Câmara do nosso tamanho. Cada Vereador dispõe de 5 assessores e uma remuneração de R\$ 1.700,00 por assessor. Campo dos Bugres tem mil eleitores, eles tem uma remuneração superior a nossa. Assim como tem André da Rocha, assim como tem Nova Bassano, assim como tem proporcionalmente Vista Alegre do Prata, Protásio Alves etc... Então quando nós estamos reivindicando, nós não viemos aqui pedir reajuste para Vereadores. Nós queríamos que não houvesse tanta CPI e tanta roubalheira.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 09. (sessão ordinária em 25.05.99)

Para que o salário do operário pudesse não ser só R\$ 136,00 por mês para que o salário do magistério público estadual e até mesmo municipal pudesse ser de acordo com o trabalho que eles desenvolvem. Eu também sou professor e vejo o quanto é difícil a vida dos professores do magistério público estadual que é com quem eu convivo diariamente. A imprensa tem que colocar a informação correta é isso que nós exigimos, por isso que eu fui lá no Jornal, pedi para que a informação fosse corrigida. Então vou concluir dizendo Sr. Presidente, agora sim, vou concluir que quando tiver congresso dessa natureza que os Vereadores devem participar devem ir porque isso é fundamental no trabalho que nós realizamos. É a mesma coisa de um professor não se qualificar isso é a mesma coisa. Por isso que nós vemos como é importante. Quero deixar registrado aqui que sempre se investiga roubalheira do Poder Legislativo, sempre se dizia que ladrão era Vereador, era deputado era Senador, ou do Executivo, Prefeito Governador. Só que nós estamos vendo que o grande problema não está no Legislativo e nem tão pouco só no Executivo, mas está no Judiciário. Nós discutimos lá esta questão do que está acontecendo em Alagoas em São Paulo, do que está acontecendo em muitos estados no que diz respeito ao Poder Judiciário que todo mundo acobertava. Então tem que abrir o olho para isso. Na minha opinião, o Presidente Fernando Henrique foi a pior coisa que aconteceu para o Brasil e eu venho dizendo isso há muito tempo nunca fui eleitor dele e nunca serei porque hoje nós tivemos a oportunidade de ver na Folha de São Paulo uma denúncia gravíssima, foi aberto uma CPI hoje, aonde o Presidente da República sentado numa mesa com o Presidente do BNDS discutindo quem iria ganhar a concorrência para a venda da Telebrás qual seria o melhor. Qual seria o mais favorecedor, foi aberto uma intervenção. Gostaria que o Presidente ouvisse os apelos que muitos políticos sérios estão fazendo e renunciassem. Eu até gostaria de poder ter acesso ao Presidente para dizer que ele deveria renunciar. Vou concluir dizendo que a corrupção hoje é maior do que na época do Collor e que o Presidente deveria ser igual ao que foi o Collor sofrer um impeachment porque pior do que está a coisa não pode ficar. Ai eu vou deixar todo o material a disposição que é de interesse de todos os servidores públicos municipais e quero Sr. Presidente que encaminhe um ofício ao Executivo para que se trate da questão dos servidores públicos da melhor forma para nós darmos continuidade e assistência que eles tem. Obrigado.

VEREADOR EDSON FIGUEREDO LIMA - BANCADA DO PDT: Senhor Presidente, Srs. Vereadores. O Gilmar já fez umas excelentes colocações quanto a reforma da previdência.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 10. (sessão ordinária em 25.05.99)

Em relação a emenda constitucional 20/98 e da lei 9717/98. Então isso foi fundamental a nossa ida lá e até comentamos muito eu e o Vereador Enio e Gilmar Peruzzo, era importante o pessoal do IPRAM ter comparecido para fazer algumas colocações, o pessoal do Executivo também deveria estar lá para ver para trocar idéias discutir. Então teve esta emenda constitucional referente a reforma na previdência e foi falado assim diversas coisas, mas a gente ficou muito preocupado mesmo com o problema do IPRAM que eu até coloquei para um dos palestrantes que foi feito um empréstimo do IPRAM da Prefeitura a base de seiscentos mil reais. Ai perguntei se esse dinheiro voltava para o IPRAM para os funcionários que pagaram. Disse que não que não, perde, e o dinheiro que está nos cofres públicos do IPRAM retorna para o Executivo. E até o Gilmar perguntou de 91 até 99 como é que ficaria no caso para aposentadoria, tem que pagar desde o início de 91 o INSS até hoje no caso para poder ter os direitos ai fica o que? fica para negociar no caso o Executivo com o INSS. Então foi uma pena não ter ninguém do IPRAM ou do Executivo para estar presente que foi excelente. O Gilmar já colocou o problema da idade da contribuição. Esse pedágio porque falaram em pedágio eu achei até interessante as colocações. É um acerto referente ao mandato tampão que depende de alguns acertos com deputados e senadores. É uma garantia para poder ter uma sustentação o Fernando Henrique nosso Presidentem ele falou assim meio em of. depende de acertos de deputados senadores e tal. Se o pessoal estiver no lado dele de repente a votação vai para todos de Vereador ao Presidente mais dois anos. Isso é discutível. Quanto a reforma da previdência ainda eu achei muito interessante referente a portaria 4922 no artigo 9º Para garantia de equilibrio atuar sem necessidade de resseguro o regime próprio da previdência socil deve abranger mil segurados considerados os servidores militares, inativos e ativos. Tem também dos servidores da união do distrito federal, dos municípios incluindo a sua autarquia e fundações ocupante exclusivamente de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro temporário ou de emprego público. É assegurado obrigatório do regime geral de previdência social, isso foi muito debatido. Eu acho que o Gilmar colocou esta questão da previdência muito bem. Então quanto a viagem foi gratificante. Eu fui fazer hoje um serviço na cidade de Veranópolis tinha dado um incidente aqui na nossa cidade tinha desaparecido um cidadão ontem e hoje apareceu uma Sra. e queria saber se nós tínhamos alguma coisa referente do marido dela. Se ele tinha aparecido ou não.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 11. (sessão ordinária em 25.05.99)

E nesse momento conversando com ela eu ouvi o Delegado no telefone falando com o pessoal de Veranópolis referente ao cidadão que tinha sido encontrado morto, tinha deixado um carro da volkswagen uma camionete nas proximidades do balneário faltando 50 a 100 metros para chegar no balneário no tunel verde que eles chamam. E nós fomos lá e realmente o cidadão estava morto e o pessoal estava olhando um jornal da 1a. Hora de Veranópolis e me chamou muita atenção. Um incendio destroi casa e provoca morte. Ai eu fui olhar quando vi que se tratava da nossa região aqui no caso Protásio Alves ai eu fui dar uma olhada. Realmente eu estive no local eu tirei xerox e passei para todos os colegas que eu fiquei chateado a gente residindo aqui a gente é de Nova Prata, mas de repente, na matéria da 1a. Hora de 25 de maio de 1999, incendio destroi casa e provoca morte. Um incendio na noite de sábado no interior de Protásio Alves causou a morte do aposentado João Francisco de Souza Filho 73 anos que era paraplégico e estava sozinho na pequena casa de madeira. Os bombeiros de Veranópolis percorreram 44 km com caminhão sem freios, mas não conseguiram evitar a tragédia. A causa do incendio está sendo investigada pela polícia. A credita-se que João morreu asfixiado pela fumaça enquanto dormia, mas isso será confirmado ou não somente com o resultado da necropsia. Os bombeiros voluntários de Nova Prata não atenderam a ocorrência porque sua atuação está restrita ao município sede e foram avisados pelos colegas de Veranópolis que são funcionários do estado. Eu fui até o local era próximo da meia-noite para ir até o local e eu fui com um colega até eu coloquei porque não o pessoal daqui. Ai ele fez uma colocação que os bombeiros daqui se negaram a ir. Então nós da polícia, brigada militar, bombeiros, Consepro, o Executivo, colabora com 3 mil mensais para o Corpo de Bombeiros para o Consepro e a polícia civil também. Então nós fomos até Protásio Alves que de repente, podia ter mais gente nas proximidades, podia haver mais mortes, mas não houve. Eu fiquei surpreso quando vi isso no jornal, porque nós não falamos para ninguém nem para a Rádio Prata e os jornais aqui de Nova Prata e fiquei surpreso com isso aqui. Eu creio não posso afirmar provavelmente pode ser que seja mesmo os bombeiros de Veranópolis que teriam relatado para a 1a. Hora. É com tristeza que a gente vê este tipo de coisa que saiu no jornal e lá em Protásio quando eu estava lá o pessoal já começou aqueles comentários porque o Corpo de Bombeiros daqui não foi porque foram os bombeiros de Veranópolis. Então isso é constrangedor. Eu estava dormindo e fui acordado pelo escrivão Barbosa. Então ele me relatou esse fato. Então foi feita ocorrência talvez o que foi relatado na 1a. Hora. Era isso ai Sr. Presidente, muito obrigado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 12. (sessão ordinária em 25.05.99)

VEREADOR GILBERTO ROMANZINI - LÍDER DA BANCADA DO PT:
Senhor Presidente, prezados Vereadores, platéia que nos acompanha até esse momento. Sobre o relatório feito pelo colega Gilmar Peruzzo que participou do seminário nós recebemos não muito boas as notícias, infelizmente tristes informações, mas nos parece que faltou uma informação também importante neste relatório que fosse constado exatamente quais foram os partidos quais foram os deputados gaúchos que votaram favoravelmente a essas emendas a essas modificações na previdência, porque se nós ouvirmos todos os discursos de todos os deputados todos apoiam e todos estão preocupados com as condições de vida da população brasileira, gaúcha. No entanto na hora da votação é que nós sabemos exatamente de que lado estão. Então seria interessante se pudessem em outra oportunidade trazer essa informação de quais foram os partidos que votaram favoravelmente a essas modificações. Quais foram os deputados gaúchos que votaram favoravelmente a essas modificações. Tenho certeza que nenhum do Partido dos trabalhadores do País votou favoravelmente a essas modificações aqui não sei dos demais partidos. Mas eu gostaria de agradecer a sensibilidade dos nobres colegas e o apoio dado esta noite a nossa proposição que tem como objetivo dar ao poder Legislativo de Nova Prata a iniciativa de realizar um seminário regional sobre os transtornos. E nós falamos aqui e os colegas falaram aqui da independência do Poder Legislativo, da autonomia do Poder Legislativo essas atividades também demonstram também, dão na prática a autonomia a independência do Poder tendo esse tipo de iniciativa. Acho que a autonomia do Poder Legislativo não se dá nas condições de caixa, nas condições financeiras que se encontram as rubricas do Poder Legislativo e sim nas ações, nas posições, nas decisões que nós aqui tomamos. Isso que demonstra a autonomia que demonstra independência, isto é que traduz isso que leva para a comunidade que leva para outros poderes o respeito que nós tanto queremos. São as nossas atitudes, as nossas posições que fazem com que nós sejamos mais respeitados junto as demais entidades junto ao Poder Executivo Municipal. Sem sombra de dúvida com essa iniciativa aqui a comunidade também nos verá enquanto Poder Legislativo de uma forma diferente porque estaremos de fato trazendo a possibilidade das pessoas se informarem melhor, conhecerem mais sobre este assunto que é de suma importância para todos nós, pois dessas decisões aqui poderão prejudicar ou não o futuro das gerações que estão por vir. Então era isso, obrigado pela atenção e até uma próxima.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 13. (sessão ordinária em 25.05.99)

VEREADOR GILMAR ANTONIO BUSATO - BANCADA DO PDT: Senhor Presidente, colegas Vereadores. Eu só quero fazer uma colocação no meu entendimento com relação a esse fato que aconteceu do incendio. Eu acho que teria que ser convidado para vir aqui na Câmara de Vereadores, alguém que nos pudesse explicar mais claramente o que aconteceu, porque eu sinceramente não acredito que o nosso corpo de bombeiros tenha se negado a atender um fato ocorrido em Protásio Alves. Acho que para a população e até a nível de imprensa da Rádio Prata, Coroados, é preciso que se clareie à população do que realmente aconteceu porque se não vai ficar numa situação estranha para nós aqui em Nova Prata principalmente para o Corpo de Bombeiros. Com relação ao que o Gilmar colocou sobre o siminário muito produtivo por sinal, eu quero dizer aos colegas e ao pessoal da Prefeitura que está ai, que eles já sabem dessa situação a nível de diretoria do instituto já há algum tempo a gente tem trabalhado em todas as possibilidades que existem para a manutenção do instituto. Então só para colocar bem rapidamente, eu diria assim: Ficam tranquilos que de todas as exigências que a lei faz o nosso instituto só não conseguiria atingir um que seria de mil segurados. Os demais critérios, as demais exigências todas podem ser cumpridas. Este infelizmente de mil não tem como suprir. Então eu pretendo na próxima semana na próxima reunião nas explicações pessoais fazer um relatório, apresentar alguns dados para vocês para comprovar esta situação que eu disse aqui. Seria só isso então, obrigado.

VEREADOR NAGIB STELLA ELIAS - LÍDER DA BANCADA DO PPB: Senhor Presidente, Srs. Vereadores, distintas pessoas que ainda se mantém aqui para honra nossa. Eu tinha me inscrito para fazer uma contestação às colocações feitas antes dos pronunciamentos; mas eu quero deixar um registro Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Pode ser até que eu não tenha razão, mas já tem acontecido mais do que uma vez minhas intervenções são interrompidas pela Mesa em igualdade de condições outros Vereadores não são interrompidos. Quero deixar esse registro aqui, não discuto a intenção da Mesa e não discuto a intenção de quem...



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 14. (sessão ordinária em 25.05.99)

que ele fez, pura e simplesmente isso. Ora, se não houvesse independência desse nosso poder seria uma interpretação erronea nós dizermos que houve uma devolução de projetos ou de processos quaisquer, pura e simplesmente para agradar o Executivo. Nós não poderíamos ter feito isso para agradar o Executivo meu caro Presidente, Srs. membros da Mesa se nós fizemos devoluções de projetos nós fizemos porque entendemos que o Executivo não estava a altura daquilo que nós como legisladores exigimos de seu comportamento e isso é independência meu caro Dr. Gilmar e, mais ainda, houve ocasião em que esse poder Legislativo teve que contestar atitudes do Executivo obrigando-o a apelar para o Judiciário. Talvez, uma das primeiras vezes que tenha acontecido na história deste município em que o Executivo teve que apelar para o Judiciário para deliberar questões surgidas entre poderes de poderes. Será que alguma outra vez aconteceu na história deste município isso? Eu acho que não. Eu não tenho conhecimento. Como dizer que nós não temos independência, então? Ou será que para ter independência precisa ter carros a disposição, precisa ter mordomias? Eu não concordo com isso. Eu não concordo em absoluto que para nós termos a independência - que a platéia nos ouça, por gentileza e não interrompa por favor! Eu não reconheço, em absoluto, que para sermos independentes precisamos ter mordomias, precisamos ter conduções à disposição e mais ainda 5 funcionários a disposição para cada Vereador. Ora, isso não é mordomia ,pelo amor de Deus?! Foi citado aqui. Está registrado no gravador. Nós estamos aqui para dizer aos nobres colegas Vereadores, inclusive em nome do Executivo, que na hora que precisar de condução tem à disposição ali na Prefeitura. É só solicitar que tem à disposição e já foi posta a disposição e já foi usada por todos os Presidentes que por aqui passaram e certamente será usado por este Presidente também porque ele saberá, no momento adequado e oportuno solicitar. E vai conseguir. Então essa tal de decantada não independência, não existe, eu não reconheço, porque se ela não houvesse eu seria o primeiro a me debelar. Este é o registro que faço quanto aquela questão Quero cumprimentar o Vereador Eraldo por uma razão muito especial, embora ele não esteja presente, mas deixo registrado, porque ele retirou um projeto para dar uma solução adequada, impedindo que se acrescentasse mais ainda posições conflitantes entre nós e o Executivo. O que é que fez o Vereador Eraldo, vamos verificar. Essa questão de retirada de verbas pertinentes a Câmara de Vereadores, muito bem colocada pelo Dr. Gilmar e que eu ia acompanhar, porque eu não admito que se retire aquela verba sem uma consulta à Câmara de Vereadores. Cumprimento Vossa Excelência por aquela iniciativa, mas cumprimento mais ainda, talvez o Vereador Eraldo porque o Vereador Eraldo teve a sensibilidade de entender que é possível, através de diálogo, solucionar esta questão. Esse é outro registro que eu faço.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 15. (sessão ordinária em 25.05.99)

Quanto as colocações feitas em geral aqui, eu não vou fazer um pronunciamento porque vou ler o relatório posteriormente, mas existe algumas colocações exageradas que agora quero dizer que não concordo com elas. Por exemplo, eu não concordo que se façam prorrogações de mandatos. Não concordei nem na época do governo militar, que chamavam de ditadura militar, cada um chama como quiser, não concordava nem naquela época. Acho que é uma aberração fazer prorrogação de mandato e eu vou me unir ao clamor popular para ir contra essas prorrogações, usando o pequeno poder que nós temos até na Rádio porque ela não é decorrente de veredito popular de postura popular, mas é condicionada por conveniência daqueles que lá estão usando mal o poder. E estão usando mal este poder o congresso nacional muito mal usado. Nós aqui estamos querendo comparar o Sr. Fernando Henrique Cardoso com o Sr. Collor de Mello. Nós todos sabemos que não tem termos de comparação entre um governo e outro e nós não temos nada a ver com o Sr. Fernando Henrique Cardoso, mas governo comprovadamente corrupto foi este do Sr. Fernando Collor de Mello. Esse comprovadamente corrupto, não tem termos de comparação. Não vamos fazer a defesa do Sr. Fernando Henrique Cardoso agora aqui, mas dizer pura e simplesmente porque esta questão da previdência como está sendo colocada aqui e que este governo não presta também não serve porque a questão da previdência está colocada de forma equivocada, ao dizer que o Presidente da República quer botar todo mundo para o escanteio e mandar todo mundo para o SUS. Não, eles estão tentando fazer um equilíbrio entre a arrecadação da previdência e aquilo que se dispende na assistência da previdência e é esta a tentativa que estão fazendo. Muito bem. vai dar ou não vai dar? não sei, vamos defender a posição conquistada até agora pelos servidores públicos, vamos defender. Nós vamos acompanhar isso, não tem dúvida nenhuma. É culpa do Presidente da República? Não é culpa do Presidente da República. Quanto 'a' questão da sua colocação Sr. Vereador do Partido dos Trabalhadores quero reiterar aqui o nosso apoio pode contar conosco nos trabalhos relativos àquilo que nós pudermos fazer para esclarecimento da comunidade, até regional se for possível. Acho que vai ser isso quanto à questão dos transgênicos, um assunto que está sendo levado menos a sério do que merece, inclusive por transnacionais que se unem para obrigar o consumidor à consumir o que produzem porque inclusive produzindo vendem o produto semente junto com o agrotóxico o que põe suspeição evidentemente, à atuação dessas transnacionais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 16. (sessão ordinária em 25.05.99)

Não que nós vamos condenar a engenharia genética, não é isso, nem devemos. Ela veio para ficar porque a engenharia genética é uma evolução científica inconteste. Mas vamos repetir aqui: Assim como a energia nuclear pode ser aplicada pacificamente ela pode fabricar bombas atômicas também e dessas bombas atômicas pode surgir a destruição da própria humanidade, assim como dos transgênicos pode surgir uma raça que nós não sabemos que tipo de civilização vai ser decorrente dessa nova raça humana que poderia surgir através dos transgênicos. Mais um minuto, só meu caro Presidente, para dizer que nós da Rádio Prata estivemos tentando divulgar o acontecimento de Protásio Alves. Não nos foi possível porque não quisemos prejudicar o trabalho da Polícia, pura e simplesmente por isso. A Rádio Prata se pôs de prontidão para através de sua unidade móvel fazer esclarecimentos daqueles acontecimentos e colaborando com a Polícia Evitamos fazer comunicações que viessem prejudicar o resultado dos seus trabalhos. Era isso, muito obrigado.

VEREADOR ENIO BRISTOT - LÍDER DA BANCADA DO PFL: Senhor Presidente, colegas Vereadores, a platéia que nos assiste. O Vereador Nagib se impolgou um pouquinho em relação a independência política da Câmara de Vereadores ensinuando que nós gostaríamos de fazer essa independência para nos enchermos de mordomias, mas não é em hipótese alguma essa eu tenho a certeza, a intenção ele e nenhum Vereador desta Casa. Nós não vamos seguir o exemplo de muitas Câmaras de Vereadores que estavam lá em Florianópolis usando os cargos, tirando muitas mordomias para o bem deles, como é o caso desta Câmara de Triunfo que viajou com um carro em 4 mais o motorista e tiraram de 4 a 5 diárias. Nós viajamos inclusive com o meu carro até Porto Alegre e dividimos a gasolina, não tiramos nota para cobrar da Prefeitura. De lá tomamos um avião que certamente saiu muito mais barato do que esta viagem que muitos Vereadores do Rio Grande do Sul que estavam lá fizeram de automóvel porque nos possibilitou a cobrar duas diárias que nós teríamos direito a 3 diárias. Cobramos 2 e todos esses que foram de automóveis tiveram que tirar 4 diárias. O mérito de cálculo e um apanhado como seria menor para gastarmos menos porque não há interesse nenhum de usarmos em benefício próprio, diárias ou penduricalhos que se tem direito pela lei quando algum Vereador ou alguns Vereadores forem designados pela Casa para representarem a mesma em algum congresso.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 17.

(sessão ordinária em 25.05.99)

Sobre Florianópolis tudo foi falado, então eu queria me deter a alguns fatos aqui do nosso município dando os parabéns a Secretaria de Obras porque muito se critica aqui, mas quando o fato é consumado eles merecem um elogio. Então eu deixo aqui um elogio a Secretaria de Obras pela conclusão ou se falta falta pouco da colocação dos tubos de esgoto atrás das residências da rua Padre Serraglio aquela que vai do Basalto em sentido ao Promorar. É uma solicitação antiga daqueles moradores, proposição feita por este Vereador agora atendida. Então eu espero que outras áreas que a gente solicitou que fossem feito os esgotos também sejam atendidas. Então aqueles moradores agora certamente estão livres do cheiro de resíduos de esgoto que passavam atrás de suas residências. Parabenizar também pelo estacionamento que está sendo feito aqui na Adolfo Schneider em frente a Câmara de Vereadores que vai ficar certamente um cartão postal pelo que se vê nessa área da cidade. Isso veio em boa hora e se tem certeza Dr. Nagib o Sr. que é engenheiro que isso veio em função de terem contratado um engenheiro dentro da Secretaria de Obras. Se há pessoas competentes elas simplesmente levam a visão adiante e sabem onde estão os problemas e sabem como solucioná-los. No sentido do alargamento das ruas que o Vereador Edson estava um pouco contra, que é uma proposição do Vereador Sergio Miotto, eu acho que ele tem razão porque os canteiros largos no planejamento de uma cidade na realidade eles são para o futuro conforme a cidade cresce momentaneamente as vezes no futuro tenham que se alargar as ruas. Então esses canteiros são usados praticamente unicamente para o futuro como foram usados muitos e inúmeras ruas de Porto Alegre. Eu sou testemunha por exemplo da avenida Sertório que foi alargada duas vezes em função do alto tráfego que existe por lá e em função com o desenvolvimento da cidade. Então seria plausível que fosse tirado um metro ou meio metro para que o alargamento desse realmente fluxo aos veículos e que não desce problema de alguém passar que de repente passando devagarzinho vai enroscar e criar problemas. Então eu acho que há uma situação que deve haver uma solução para isso. Para finalizar, deixar gravado nesta Casa porque quando a gente se manifesta durante a sessão não é gravado então a gente fala e não é passado na ata. Sobre o caso que aconteceu do circo de Roma aqui em Nova Prata o qual se instalou no estádio da nascente no bairro de Santa Cruz. Foi aqui no início alertado o executivo que tivesse e que tem uma área na entrada da cidade no sentido do posto do Alceu como referência que seria só ir com uma máquina lá fazer uma terraplanagem e resolveria o problema.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 18. (sessão ordinária em 25.05.99)

Só que não resolveram e depois de terem praticamente feita a conclusão do estádio da nascente, veio o circo aí, porque ele tem um pouco de nome tiveram que dar um lugar para que ele se instalasse. Mas não pensaram bem que tinha o campo do Brasil lá em São Peregrino que ele está em construção se fosse o caso naquele campo caberia bem o circo porque lá tem luz até trifásica que passa ao lado do campo. Eu sei que felizmente o estrago não foi muito porque no decorrer do espaço de tempo que ele ficou aqui em Nova Prata, não choveu, mas se chovesse o estrago seria de grande monta porque tanto faria instalar aquele circo ali no estádio da nascente como ter instalado no municipal que a questão seria a mesma. Eu espero então que o Executivo agora tome as providências e faça realmente um local para que quando vierem circos e parques se instalem no local adequado e ressaltando também que teve um circo pequeno aqui em Nova Prata e como não tinha lugar, pediram que ele arrumasse um lugar e o cara teve que alugar o potreiro do Juarez Telles em São Peregrino para se instalar, sem auxílio nenhum do poder público naquela oportunidade. Então eu acho que houve uma precipitação e uma falta e um desrespeito no sentido ao outro circo que esteve aqui em Nova Prata. Muito boa noite a todos.

VEREADOR GILMAR PERUZZO: Eu apenas queria dizer que o ilustre colega Vereador Nagib Stella Elias ou não entendeu direito o que foi dito antes, ou então distorceu o que foi dito porque o caso que eu falei que haviam mordomias eu trouxe aqui como uma denúncia com a qual nós não concordamos. Eu jamais referi aqui que nós queremos ser iguais a eles, pelo contrário, nós combatemos esse tipo de prática. Então apenas para que fique bem esclarecido esta questão. Nada além disso. Quem sabe se passou ou não, somos nós não quem não estava lá, porque quem nunca vai a congresso não tem como saber se passa ou não constrangimento. Então eu apenas queria colocar neste sentido e a independência que nós queremos não é para ter automóvel nem mordomia. Independência e autonomia política nós queremos que a Câmara seja respeitada. Quantas e quantas vezes em solenidades, em cerimônias aqui em Nova Prata se chama o Prefeito, se chama o padre, se chama não sei mais quem e não se chama o Presidente da Câmara. Quantas e quantas vezes isso que nós reivindicamos autonomia política. Só isso. Qualquer outra reivindicação de mordomia eu deixo por conta do Vereador que pedir aqui, não é o nosso caso. Muito obrigado Presidente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 19. (sessão ordinária em 25.05.99)

VEREADOR NAGIB STELLA ELIAS - LÍDER DA BANCADA DO PPB: Eu quero apenas agradecer a intervenção do meu companheiro de bancada Vice-Líder porque ele fez exatamente a colocação que nos levou aquela conclusão do nosso pronunciamento. O que é que foi dito aqui? Foi dito que até passaram vergonha e constrangimento de uma forma tão genérica que nós ficamos meu caro Vereador Enio, meu caro Vereador João Minozzo, nós ficamos, com aquela explicação. Não devia ter sido citada como exemplo. Para que citar como exemplo aqueles casos se Vossas Excelências estavam fazendo esclarecimento de um assunto e esse assunto aí na hora de contestar Vossas Excelências com representantes nossos lá que recebem nossos cumprimentos inclusive eu disse que os cumprimentos eu ia deixar para o exame final do relatório e isso nós vamos fazer porque nós vamos fazer um exame final do relatório aí sim agora, nós somos induzidos a interpretar os exemplos aqui anunciados e condenamos os exemplos aqui anunciados. A explicação do nobre colega Gilmar elucida perfeitamente o assunto, mas continuamos firmes naquela questão: A nossa Câmara de Vereadores é uma Câmara independente meu caro Vice-Presidente. A nossa Câmara de Vereadores é uma Câmara de Vereadores independente não é porque o Presidente não é convidado que ela é uma Câmara dependente. Se o Presidente não é convidado é por falta de educação política nesta comunidade, suficiente para não convidar o Presidente do Legislativo que tem a mesma expressão política do que o próprio Prefeito. E se é preciso essa divulgação para que nós sejamos mais respeitados através do nosso Presidente, vamos fazer, vamos ajudar o Vereador Gilmar, vamos todos nos unir, vamos projetar esta Câmara de Vereadores. Nós estamos fazendo isso já, precisa fazer mais um pouco, vamos fazer, isso nós concordamos, mas vamos reiterar aqui o Legislativo Municipal de Nova Prata, pode sair por aí de cabeça erguida porque nós somos um poder independente graças a Deus. Muito obrigado.

VEREADOR UMBERTO LUIZ CARNEVALLI - PRESIDENTE: Senhor Vice-Presidente, colegas Vereadores, distinta platéia que ainda se encontra. Rapidamente algumas colocações: É difícil ser Presidente da Câmara de Vereadores porque durante a sessão a gente tem que procurar manter a ordem das discussões e a gente não pode se manifestar referente a um projeto defendendo contra algum colega Vereador. Nas explicações pessoais eu só quero fazer algumas referências: Primeira: Acho que é do conhecimento dos Srs. acredito que sim a semana na qual eu tive o prazer de assumir o executivo e nesta semana justamente por coincidência ou não eu tive oportunidade de visitar o Corpo de Bombeiros que estava sendo feito o fechamento da rua que passa em frente a Brigada Militar a rua Placidina de Araújo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 20. (sessão ordinária em 25.05.99)

E naquele momento estávamos discutindo, tinha o Julio Stella, tinha o Enio Guedes, o Carlos Alberto Zancan, mais funcionários dos bombeiros. Estavam sendo discutido as maneiras de se arrecadar verbas para o Corpo de Bombeiros naquela semana. Eu questionei e lastimo por esta divulgação sem julgar o mérito ainda quero deixar claro está gravando, sem julgar o mérito ainda, eu lastimo que tenha ocorrido este fato porque eu fiz o seguinte questionamento: Mas gente; pessoal, vocês constaram as prefeituras próximas, Guabijú, São Jorge, Vista Alegre, Protásio, Bassano, Vila Flores, porque se acontecer bem assim eu citei se acontecer um sinistro e vocês forem acionados quando estiverem vidas envolvidas vocês vão atender ou não? Eu citei isso no intuito de que se cada Prefeitura puxasse dois três mil reais por ano para ajudar manter o Corpo de Bombeiros e construir a nova sede, aliviaria totalmente o poder público municipal de Nova Prata que em dezembro agora vai estar dechando com noventa e três mil reais desde o inicio da administração. Em dezembro está fechando noventa e três mil reais, então não se pode dizer que o poder público não está fazendo a parte dele referente aos bombeiros. A intenção era que os outros municípios ajudassem um pouco e que esse tipo de problema fosse somado de repente em 15 minutos de caminhão em Protásio Alves e talvez teriam solucionado este incidente, talvez. Não conheço os fatos e não estou questionando se tinha condições ou não de ser feita. Eu acho que a responsabilidade não caberia só a Nova Prata, só aos bombeiros. Cadê a responsabilidade dos Prefeitos dos outros municípios, poder Executivo, poder Legislativo em prever um possível sinistro, cadê a responsabilidade? Sabendo que tem um município mãe próximo e com condições de atender se for o caso porque também não demonstrar interesse se é que não demonstraram é o questionamento que eu deixo no ar. Eu queria reforçar aqui o que foi dito pelo Vice-presidente do IPRAM e sou testemunha do trabalho que o Gilmar como Vice-Presidente e a Marilza como Presidente do IPRAM estão fazendo em defesa dos funcionários públicos municipais. Eu tive o prazer a uns dois meses atrás como Presidente da Câmara de ir a Porto Alegre com o Presidente e o Vice e tratar do inicio das negociações desse problema da previdência municipal. Então eles são realmente esforçados, fica aqui registrado este agradecimento em prol dos funcionários municipais. Quanto ao circo Enio Bristot, por coincidência ou não também na semana que deu a maior divergência inclusive na Rádio Prata, que aliás não é mais um programa esportivo quero registrar isso.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 21. (sessão ordinária em 25.05.99)

É um programa de assuntos gerais e debates o que eu acho válido, só que tem que trocar a denominação do programa. Não é mais um programa esportivo, mas é válido. Eu estava como Prefeito na semana e o que eu estava escutando era: Vai estragar a grama, não vai. Eu assumi o compromisso como Prefeito na época e hoje quero que me cobrem se não ficar aquele campo como estava porque o problema é que foi assim questionado é que a Associação do bairro não foi consultada. Concorde plenamente, aliás é a única discussão que poderia ser colocada em pauta, poderia o Secretário de Turismo, o Secretário de Obras, o Prefeito Municipal que o aceite foi antes da minha simples semana no caso. Alguém deveria ter consultado a Associação de bairro, nós vamos instalar um circo aqui, porque no momento não dispomos de um lugar adequado. Poderia até se pegar a opinião do colega Gilmar que é pertinente, mas talvez não desse condições no momento em função do circo estar chegando, coisa assim. Imagino eu colega Gilmar eu, não quero defender teses que eu não conheço, mas o circo quando geraram essas discussões já estava instalado e as discussões eram em cima, vai dar problema com a grama vai ou não vai. Então nós assumimos a responsabilidade na condição de Prefeito, hoje eu voltei como Presidente da Câmara, mas eu pediria que os colegas me cobrassem qualquer dano que tenha lá a mais daquele que estava. Eu quero ser cobrado com certeza. Para finalizar, eu gostaria de dizer que essa polêmica que se tentou criar inconscientemente no final da viabilidade de participar de congresso ou não, eu particularmente não fui a nenhum, mas sou totalmente favorável que Vereadores participem em congressos. Sou totalmente favorável, aliás, vou sugerir até que haja um escalonamento aqui nesta Casa que seja indicados várias pessoas no próximo congresso que a Mesa achar pertinente com os demais colegas, vá por exemplo o Vereador João Minozzo, Vereador Cortellini e Vereador Miotto. No próximo que vá o Vereador Gilmar Busato, Gilberto, o Vereador Nagib Stella Elias. Eu acho que é pertinente sim se todos os Vereadores também acharem que é conveniente todos irem eu acho pertinente. O que não se pode é levar em consideração os abusos citados pelo colega Gilmar. Eu acho que ficou bem claro. Ele citou uma maneira de abuso pela minha compreensão. Com certeza Nova Prata não cabe de maneira nenhuma aquele exemplo que foi citado aí com certeza não cabe. Por fim, daqui mesmo, gostaria de agradecer a presença de todos, colegas Vereadores e convidá-los para a próxima sessão na próxima terça-feira. Boa noite a todos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

Folha 22. (sessão ordinária em 25.05.99)

Nada mais havendo a tratar, o Presidente, agradeceu a presença de todos e em nome de Deus, declarou encerrada a presente sessão. Lavrou-se esta ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Vereadores. SALA DAS SESSÕES EM 25 DE MAIO DE 1999.

Ver. Umberto Luiz Carnevalli - PTB
Presidente

Ver. Edson Figueiredo Lima - PDT
secretário

Ver. João F. Minozzo - PPB

Ver. Enio Bristot - PFL
Líder de Bancada

Ver. Gilmar Peruzzo - PMDB
Líder de Bancada

Ver. Gilberto Romanzini - PT
Líder de Bancada

Ver. Valdomiro Cortellini PPB
Vice-Presidente

Ver. Nagib Stella Elias - PPB
Líder de Bancada

Ver. Eraldo D. Da Silva - PTB
Líder de Bancada

Ver. Sérgio V. Miotto - PDT
Líder de Bancada

Ver. Gilmar Busato - PDT